



ELEIÇÕES

Categoria deve se preparar para resistir aos ataques contra seus direitos

Com a eleição de Jair Bolsonaro, com 55,13% dos votos válidos - o segundo colocado, Fernando Haddad, teve 44,87% dos votos, as regras do jogo continuam as mesmas do governo Temer. Aliás, elas serão endurecidas e aprofundadas com um viés conservador e sob a ótica do mercado.

O futuro ministro da Fazenda do governo eleito, Paulo Guedes, se apressou em anunciar que a sua prioridade é retomar a reforma da previdência e acelerar as privatizações. Também falou em vender as reservas cambiais do Brasil para pagar dívidas. Nos planos, só não há espaço para o povo.

Como havíamos antecipado, a Petrobrás seguirá sendo privatizada, pois os movimentos do futuro governo já apontam para isso. Caso se concretize, a privatização virá com a retirada de direitos, inclusive dos aposentados e pensionistas. Não temos garantia de que os direitos à AMS e Petros serão respeitados,

inclusive porque já há indicação de retirada desses e de outros direitos.

O que podemos garantir é que haverá luta. Sabemos também que não será fácil, mas contando com o apoio da categoria podemos, sim, assegurar o nosso Acordo Coletivo de Trabalho nos termos atuais e evitar a privatização da Petrobrás.

Previdência pública

Os planos do futuro ministro da economia, Paulo Guedes, para a previdência são os piores possíveis. Admirador do modelo chileno de previdência, implantado no país em 1981 durante a ditadura Pinochet, Guedes quer trazer a ideia para o Brasil.

Na época, o Chile abandonou um modelo de previdência parecido com o do Brasil, mudando para o modelo privado de pensões, baseado na capitalização individual: cada trabalhador cria sua própria poupança, em uma



conta individual. Enquanto fica guardado, o dinheiro é administrado por empresas privadas, as AFPs (Administradoras de Fundo de Previdência).

Ao contrário do que acontece no Brasil e em outros países, não há aportes dos empregadores nem do Estado, a não ser no caso de pensões mais baixas. Também não existe um sistema de solidariedade formal por parte dos trabalhadores ativos para com a população mais velha que vai se aposentando.

O resultado disso é que os Fundos que administram o dinheiro dos participantes ficaram milionários e os valores das pensões tiveram queda vertiginosa. De acordo com a Fundação Sol, organização independente chilena que analisa economia e trabalho, dados de 2015 mostravam que 90,9% dos beneficiários recebem menos de 149.435 pesos (aproximadamente R\$ 805). O salário mínimo do Chile é de

276 mil pesos (cerca de R\$ 1.487).

Por outro lado, algumas instituições, como a Gendarmería (departamento prisional), e outras pertencentes às Forças Armadas e policiais, foram resguardadas do novo sistema. Hoje, muitas dessas pessoas recebem pensões equivalentes a R\$ 25.400 por mês, enquanto a maioria da população recebe abaixo do mínimo.

Infelizmente, o cenário de ódio levou muita gente a votar em um candidato que nunca escondeu o que é ou o que representa: apoio à tortura, racismo, homofobia e preconceitos diversos.

Desta vez, o ódio venceu o amor. Respeitamos o resultado das eleições, mas não aceitaremos retrocessos, violência, ilegalidades e injustiças. Convocamos a categoria a permanecer atenta e pronta para a luta em defesa dos seus direitos e conquistas.

Página 2

Conheça os novos prazos para autorização de procedimentos por meio da AMS.

Página 3

Confira os esclarecimentos da assessoria jurídica sobre a PL-DL ou VP-DL 1971/1984.

AMS

Novos prazos de autorização para procedimentos

Os trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas devem ficar atentos para os novos prazos de autorização de procedimentos realizados por meio da AMS, conforme ACT 2017/2019. Lembrando que nos casos de urgência e emergência não houve alteração no prazo de autorização, que é imediato.

As consultas em odontologia também não requerem autorização. A exceção se faz para o código 82 00050 6 – controle pós-operatório em odontologia, que requer autorização e possui prazo máximo de 7 (sete) dias úteis.

Confira a seguir os procedimentos e o prazo máximo para autorização:

ESPECIALIDADE/PROCEDIMENTOS	NOVO PRAZO MÁXIMO PARA AUTORIZAÇÃO
Procedimentos odontológicos em ambulatório	7 (sete) dias úteis
Terapias (fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional e psicoterapia)	10 (dez) dias úteis
Serviço de diagnóstico e terapia em regime ambulatorial/atendimento em regime hospital-dia	10 (dez) dias úteis
Quimioterapia/radioterapia e remoção	até 5 (cinco) dias úteis
Internação com ou sem OPME (Órteses, Próteses e Material Especial).	15 (quinze) dias úteis

FGTS

Prazo para dar entrada em ação para reaver perdas do FGTS termina em janeiro de 2019

O prazo para propor ação judicial contra a Caixa Econômica Federal, referente às perdas nos planos econômicos de 1989 e 1990, em relação ao FGTS, termina no início de janeiro de 2019.

Têm direito a revisão todos os trabalhadores que em janeiro de 1989 e abril de 1990 possuíam saldo na conta do FGTS e que não tenham aderido ao acordo oferecido pela Caixa Econômica Federal nem tenham sido beneficiados por ação judicial, individual ou coletiva.

Em janeiro de 1989 e abril de 1990, os Planos Econômicos Verão e Collor I, editados pelo governo, expurgaram índices que deveriam ter sido utilizados nas correções dos saldos das contas do FGTS. Esta ação visa a correção dos saldos existentes nas contas vinculadas ao FGTS nesses períodos.

Portanto, os trabalhadores com saldo em contas ativas ou inativas do

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) podem exigir na Justiça a correção para o Plano Verão, referente aos saldos existentes em janeiro de 1989, que é de 42,72%; e sobre o Plano Collor I, cuja atualização monetária é de 44,80% sobre o saldo existente em abril de 1990.

O Trabalhador deve procurar o seu advogado de confiança para ajuizar a sua ação; caso prefira pode buscar os plantões presenciais na sede do Sindicato, às terças e quintas-feiras pela tarde, e nas subseções de Catu e Alagoinhas às quartas-feiras pela manhã. Também pode tirar dúvidas no horário comercial, pelo plantão telefônico ligando para: 3342-6479 ou 3342-6381.

Cerca de 30% dos trabalhadores ainda não ingressaram com essa ação. Não fique de fora. Vá em busca de seus direitos.

REPRESENTANTES SINDICAIS

Trabalho é feito no dia a dia

Os representantes sindicais responsáveis pela sede e diversas subseções do Sindipetro Bahia, vêm realizando um excelente trabalho, visando ampliar o número de associados à entidade sindical, realizando um melhor atendimento e conseguindo despertar uma maior

integração e participação dos aposentados e pensionistas.

Venha para a luta, participe e também frequente esses importantes espaços de convivência, que são a sede e subseções da sua entidade sindical. O Sindipetro está de portas abertas.



JURÍDICO

Saiba mais sobre os seus direitos



Diante das notícias que circulam nas redes sociais, tratando da incorporação da PL-DL 1971/1984 ou da VP-DL 1971/1984 nas aposentadorias, o Sindipetro BA presta esclarecimentos visando sanar as dúvidas dos associados surgidas em relação a essa questão.

Em 2005, o Sindicato dos Petroleiros da Bahia ajuizou ações contra a Petros visando incluir nos benefícios dos associados os reajustes correspondentes aos níveis concedidos no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2004).

Na época, a Justiça exigia a formação de grupos com até 20 substituídos por ação, razão pela qual o processo teve que ser desmembrado para respeitar esse limite, gerando centenas de ações plúrimas.

Nessas ações, a assessoria do Sindicato também postulou a incorporação da PL-DL 1971/1984 ou da VP-DL 1971/1984 aos benefícios de suplementação de aposentadoria e pensão dos substituídos.

O valor da PL-DL 1971/1984 ou da VP-DL 1971/1984 correspondia,

na maioria dos casos, a 8,33% do salário-base.

Após a incorporação desse percentual no salário-base, somente os que recebiam um percentual maior mantiveram essa parcela salarial, que passou a ser denominada, a partir de 2000, de Vantagem Pessoal (VP).

Esse percentual remanescente não é muito expressivo, se comparado ao dos níveis, que, em média, equivale a 5% para cada nível.

Na época, os dois temas eram controversos. Contudo, pouco a pouco, a Justiça do Trabalho (TST) pacificou o entendimento passando a dar ganho de causa à maioria dos trabalhadores, tanto que muitas dessas ações transitaram em julgado e milhares de aposentados e pensionistas se beneficiaram com o recebimento de seus créditos.

Entretanto, quando do julgamento do Recurso Extraordinário "RE 586453-7", tendo como parte a Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que cabe à Justiça Comum julgar

processos decorrentes de contrato de previdência complementar privada, permanecendo na Justiça do Trabalho apenas os processos que tinham sentença de mérito proferida até 20/2/2013.

Portanto, a partir de 20/2/2013, aqueles que não foram beneficiados pelas ações coletivas do Sindicato, ou mesmo pelas ações individuais sobre níveis ACT e incorporação da PL-DL 1971/1984 ou da VP-DL 1971/1984 teriam que ajuizá-las na Justiça Comum Estadual.

É o que vem sendo feito em relação aos Níveis do ACT, inclusive. Contudo, especificamente em relação à incorporação da PL-DL 1971/1984 ou da VP-DL 1971/1984, a assessoria jurídica do Sindicato recomenda cautela quanto ao ajuizamento de novas ações, tendo em vista que, recentemente, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), passou a negar o referido pedido, em especial sob o fundamento de que a contribuição sobre essa parcela deveria ter sido efetuada durante o vínculo laboral, de modo que, sem

ter havido prévio custeio, não seria possível incorporá-la no cálculo dos benefícios.

Portanto, aqueles que já possuem ação em curso na justiça do trabalho continuam com o entendimento favorável acerca da PL-DL 1971/1984 ou da VP-DL 1971/1984. Contudo, aqueles que não ajuizaram ação até 20/2/2013 (e que agora teriam que ajuizar perante a Justiça Estadual), em virtude do entendimento desfavorável do STJ acerca da matéria, correm o risco de serem condenados ao pagamento de custos e honorários advocatícios.

De qualquer modo, a direção do Sindicato solicitou que a assessoria jurídica faça uma nova avaliação acerca da possibilidade de ajuizamento de novas ações para contemplar o direito daqueles que não se beneficiaram das ações ajuizadas pelo Sindicato anteriormente, com avaliação também dos riscos processuais acima apontados.

Tão logo tenhamos uma posição atualizada acerca da matéria, a categoria será informada.

Por onde anda você?

O petroleiro Raimundo Jordão Fagundes está à procura de José Leite e Oiticica, engenheiro de comunicação, que trabalhava no antigo prédio da

Jequitaia. Ele conta que da última vez que o viu, Oiticica morava no bairro da Barra, em Salvador. Quem tiver informações para que Raimundo possa

rever o amigo, favor entrar em contato com o número

(71) 3034-9309.

DE CASA NOVA

Totalmente reformada, subsede de Alagoínhas é reinaugurada com festa

Com uma bonita festa de confraternização, a subsede de Alagoínhas foi reinaugurada no sábado, 6/10, e entregue à categoria petroleira, totalmente reformada.

A casa, que abriga a subsede localizada no centro de Alagoínhas, foi pintada e teve o salão de eventos e reuniões reformado para dar mais conforto aos associados e associadas. Também foram trocadas as janelas e instalado ar-condicionado.

Os convidados, de Salvador, Alagoínhas e cidades vizinhas, elogiaram a festa e consideraram o dia "bastante agradável, com música e comida de boa qualidade".

O diretor do setor administrativo do Sindipetro, Francisco Ramos (Chicão), lembrou que a diretoria já havia decidido vender essa subsede e já estava há procura de uma sala no centro da cidade para alugar, mas o represen-

tante sindical Agilson Pinheiro acabou convencendo-a a investir na subsede, reformando o patrimônio.

Em conversa com os diretores André Araújo, Jorge Mota, Gilson Sampaio (Morotó) e Chicão, o representante sindical se comprometeu a ficar à frente da obra, o que fez com grande empenho.

Confraternização

"Aproveitamos a ocasião para fazer uma confraternização, rever velhos amigos e bater um bom papo", ressaltou o diretor do setor de Seguridade Social, Políticas Sociais e do Idoso do Sindipetro Bahia, Gilberto Silva, que disse estar muito feliz com a reinauguração de mais uma subsede. "É a prova de que estamos trabalhando em prol da categoria".

O diretor do Sindipetro Bahia, Radiovaldo Costa, que é morador de Alagoínhas, ressaltou a importância da subse-



de, que "é um ponto de referência para os trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas da Petrobrás, assim como para os petroleiros terceirizados". Pelo fato de haver muitos petroleiros que moram em Alagoínhas e também nas cidades vizinhas, essa acaba sendo uma subsede regional, analisa Radiovaldo, que também parabeniza a direção do Sindipetro "por ter feito este investimento, visando um melhor atendimento à categoria".

Já o diretor do setor administrativo, Gilson Sampaio, acredita que, após a reforma, vai aumentar o número de associados que frequentam o sindicato. "Além das informações que eles podem ter, há ainda o espaço de lazer, com jogos de dominó, dama, baralho e sinuca".

O diretor Francisco Ramos adianta que há planos para a recuperação de outras subsedes, "na medida do possível, vamos tentar fazer o melhor para a categoria", afirma.

TORNEIO

Seis duplas se classificam para a final do II Torneio de Dominó do Sindipetro Bahia

Muita alegria, divertimento e confraternização marcaram a primeira etapa do II Torneio de Dominó do Sindipetro Bahia, que aconteceu no domingo (30/9), na subsede do sindicato em Feira de Santana.

Para disputar a final – que deve acontecer no mês de dezembro em

Salvador – foram classificadas as duplas de Serrinha, Catu, Mata de São João, São Francisco do Conde, Alagoínhas e Salvador.

A organização do evento foi muito elogiada pelos presentes, que puderam saborear uma deliciosa feijoada, rever amigos e reunir os familiares.



Caravana da Informação

A Caravana da Informação continua levando esclarecimentos à categoria nos bairros de Salvador e interior do estado. Participe e saiba como estão as negociações e propostas da FUP e seus Sindicatos filiados para substituir o Plano de Equacionamento do Déficit (PED) do Plano Petros 1 (PP1). Além de novas informações sobre ações jurídicas, sua AMS e muito mais.

Se você tem dúvidas ou quer saber sobre as últimas novidades, participe das reuniões. O Sindipetro irá entrar em contato com você, por meio de ligação telefônica, para informar a data e o local das reuniões. Participe!